

Aspectos não convencionais para a defesa

Jorge Calvario dos Santos¹

Resumo:

O artigo pretende analisar o que seja política e estratégia no contexto de defesa nacional. São apresentadas considerações básicas sobre política e estratégia de defesa, uma breve apreciação sobre o mundo atual para em seguida apresentar algumas reflexões sobre política de defesa e estratégia de defesa. O artigo se desenvolve considerando que a cultura, o modo de ser da sociedade e por isso ela mesma, é o que deve ter a prioridade para ser defendido. Sem população nada há o que defender, ainda que esta necessite de território para viver e sobreviver.

Palavras chave:

Cultura, política, estratégia, defesa,

Abstract:

The present paper try to analyze what should be politics, strategy in the national defense context. Basic considerations are presented about politics and strategy of defense, a short appreciation about the actual world for present some reflexes about defense politics and strategy. The paper develop itself considering culture, as the way to be of the society and because it itself, is that should have the highest priority to be defended. Without population nothing has to be defended, even it needs the territory to live and survive.

Key words;

Culture, politics, strategy, defense

Ao analisarmos a Estratégia Nacional de Defesa observamos que ela possui as seguintes e básicas características: Estrutura-se sobre três eixos: reorganização das forças armadas, reestruturação da indústria de defesa, composição dos efetivos das forças armadas. Apresenta como capacitações operacionais o monitoramento, controle, mobilidade, presença; e define o que considera três setores estratégicos: cibernético, espacial, nuclear.

Suas diretrizes abrangem: ciência e tecnologia: capacidade de monitoramento aéreo, marítimo e terrestre, fortalecimento dos

¹ Doutor em ciência de engenharia pela COPPE UFRJ, Coronel Aviador, professor da pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e assessor do Centro de Estudos da Escola Superior de Guerra

setores espacial, cibernético e nuclear, indústria nacional e autonomia tecnológica de defesa.

Como medidas de implementação e ações estratégicas define: ciência e tecnologia, recursos humanos, indústria de material de defesa, operações de paz.

Identifica-se que a Estratégia Nacional de Defesa define sua preocupação com a defesa territorial e a preparação para essa defesa. Seria essa a única preocupação que deveria ter uma estratégia de defesa nacional?

Ao longo do tempo muitas ordens se sucederam: a Ordem de *Westfalia*, a de Utrecht, a de Viena, a de Versalhes, a de Yalta e a de Postdam, e, atualmente, o que conhecemos como a Nova Ordem Mundial.

As sociedades vieram se organizando, evoluindo, até a consolidação dos Estados como nós conhecemos hoje. Com a Ordem de Westfália, em 1648, foram determinadas as bases da constituição do Estado Nacional moderno que se efetivou após a Revolução Francesa. A partir daí os Estados nacionais modernos, com uma estrutura jurídica formalizada, com todas as instituições multilaterais compõem a comunidade internacional. Paralelamente, muitas crises e conflitos têm se sucedido ao longo da história, e isso é o fator primordial para que se aumente a segurança dos Estados, daí a necessidade de garantir e de preservar a soberania das nações.

A história da humanidade tem sido caracterizada por uma sucessão de crises. A crise generalizada que atinge o mundo neste início de século não é um fato insólito ou singular. As transformações decorrentes atingem fortemente as estruturas política, econômica e cultural dos Estados Nacionais.

A diferença entre a crise atual e as que a precederam está no seu caráter maciço, na sua abrangência e simultaneidade universal. Seus agentes desestabilizadores atuam recorrentemente na totalidade do espaço geográfico, deixando ver o agravamento das contradições do sistema em meio à difusa

movimentação horizontal e vertical de inúmeras variáveis, causando, não raro, perplexidades e sofrimento.

A crise que vive o mundo, atual, não tem razão meramente econômica. Ela envolve toda a civilização e, por conseqüência, o destino da humanidade. Não é um fenômeno simples nem uniforme. Não atinge um país ou uma região. Tem abrangência mundial, atingindo a todas as nações de diferentes formas. Cada país tem diferentes dificuldades e diferentes formas da crise.

A raiz da crise não é econômica, nem monetária. Decorre do equacionamento de formas de ordem política e social, que são resultado de um longo e lento processo de evolução histórica, para as novas forças econômicas que têm transformado o mundo, durante cerca de quatrocentos anos. O caminho para superar a crise depende de que, considerando o contexto internacional, cada país, encontre sua opção, em função de sua estrutura sociológica e histórica. (Dawson, 1933. p. 34-36)

Por isso se torna necessária a preparação da nação para contingências. Entretanto, pensar sobre a segurança de uma nação requer a identificação e uma profunda análise das vulnerabilidades. Apenas depois da análise das vulnerabilidades é possível pensar a defesa nacional.

É preciso que haja a identificação das vulnerabilidades dos países frente aos quais se prepara a defesa. Não se deve descartar as próprias vulnerabilidades. Essas podem ser medidas pelo nível cultural da nação, pelo nível de preservação da cultura, pelo nível de desenvolvimento científico tecnológico, pela coesão social e pelo nível de compromisso da sociedade com o Estado e com a nação. É necessário que as vulnerabilidades sejam identificadas para que seja possível constituir uma estrutura de defesa adequada ao modo de ser de uma sociedade. Não adianta importar uma política, uma estratégia ou uma estrutura de defesa. Elas têm que atender às necessidades de defesa da sociedade. Devem atender as necessidades da nação.

Qualquer contribuição para a formação de uma base para formulação de uma estratégia de superação e preservação dos

interesses nacionais depende da identificação das vulnerabilidades a que está submetido o país. Para essa busca entendemos que, nesse sentido, a vulnerabilidade estratégica das nações é medida pela unidade cultural, pela preservação cultural, pelas limitações científico-tecnológicas, pelo nível educacional e pelo compromisso dos nacionais com o futuro.

As nações, submetidas às decisões de seus governantes que, por vezes, são ditadas por interesses ou pressões e impostas à sociedade, ainda que pelo temor e, mesmo que não desejadas, podem ser levadas ao conflito.

A partir do século XVII, a ciência abraçou a humanidade que iniciou a construção de um mundo de visão mecanicista e materialista, com uma ordem material fechada, condicionada pelas leis da mecânica e da matemática. Nesse mundo o ser humano era considerado como sendo de ordem mecânica, negando-se-lhe valores morais ou forças espirituais. A partir de então, foi construída essa civilização fantástica em que vivemos. Passou a haver a predominância da ciência sobre os métodos empíricos. Por via de consequência, a humanidade se defrontou com um mundo predominantemente material, onde o ser humano passa a ser considerado secundário, negando, muitas vezes, seus valores morais e espirituais.

O progresso científico e material construído pela humanidade nos trouxeram benefícios fantásticos que nos possibilita uma vida jamais conhecida. Entretanto, esse progresso trouxe certa degenerescência na massa de indivíduos e pobreza, bem como um *apartheid* entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Uma divisão de mundos entre pobres e ricos, entre os que sabem e os que não sabem, e isso tem sido usado em benefícios de poucos e em detrimento de muitos.

O progresso material num mundo utilitarista e de diferentes interesses nacionais construiu uma crise, que ameaça não apenas a prosperidade, mas a própria existência da civilização. O sistema capitalista de produção tem levado à conquista militar e à exploração das classes e nacionalidades submetidas.

Vivemos a febre do progresso sem limites. Não percebemos que a idéia de progresso tem sido a fê predominante há mais de três séculos, e de tal forma integrada ao espírito do homem moderno que a simples tentativa de criticá-la se torna um ato de negação da construção de um mundo melhor. É quase impossível a isenção quanto a críticas sobre aquilo de que somos parte.

Uma instabilidade prolongada no sistema econômico materialista tem grandes probabilidades de levar o mundo ao colapso. Surge um problema profundo que é a unidade moral e espiritual da cultura, da qual depende a existência externa. Isso porque o mundo é composto por culturas ligadas por vínculos materiais que têm perdido seus valores, suas tradições e suas características ímpares.

Vivemos em uma época em que os benefícios ou malefícios da ciência são utilizados, em função de interesses efêmeros, como o controle social, o controle da sociedade, e também, são muito usadas para fazer a guerra. Como disse Walter Benjamim: a civilização se faz bárbara, pois ela é feita sobre documentos da barbárie. Isso faz com que o ser humano seja considerado como um ser de segunda ordem.

Utilizamos recursos, que são promovidos pela razão humana, desenvolvendo ciência, que, por sua vez, é utilizada contra a própria humanidade. Isso é um ato bárbaro que devia ter ficado lá atrás e não ficou; isso tem transformado o ser humano, de certa forma, em um ser de segunda ordem, e a sociedade é, então, submetida a uma padronização, e a uma uniformização do pensamento; a dimensão espiritual tem sido cerceada; o ser humano perde as características espirituais, e enfatizam-se as características materiais.

Nessa nova sociedade a padronização, a uniformização do pensamento, a dimensão espiritual, característica maior do ser humano, a criação de um presente continuado, a ausência de referenciais e de valores elevados são estimulados e seguidos. Assim, como em Roma, em nossos dias a população é motivada

para a diversão e para o hedonismo: o pão e circo dos dias modernos.

Já nos disse Rabelais que ciência sem consciência é a ruína da alma. Então é necessário alertar para o uso e o destino a ser dado à ciência. Não é negá-la, mas alertar para que venha a ser utilizada em benefício da sociedade, da humanidade, em função do bem comum.

Vivemos, hoje, num ambiente mundial, em processo de projeção cultural, sujeito a fortes pressões, sejam elas militares, econômicas, políticas, etc.. Mas, até quando será possível aguentar?

Não existem propostas válidas para que se tenha o equilíbrio no relacionamento entre os países. Nada disso funciona, porque o que prevalece são os interesses das nações, e, principalmente, os daquelas que são mais fortes. Por isso, a humanidade atravessa uma das mais difíceis e sofrida fase da sua história, como consequência da ciência sem controle e da secularização que envolveu toda a humanidade. E por séculos, essa secularização tem nos controlado e dominado. Esquecemos o outro lado e não temos mais condições de lembrar o passado. A secularização tem nos tirado a qualidade humana, daí vivermos sempre em conflitos.

Nesse mundo, nós vemos isso constatado, está se formando um cinturão de riqueza e de poder, onde existe uma monopolização do processo decisório e do saber. O monopólio do conhecimento nos leva a aumentar a disparidade, a distância entre os pobres e os ricos, e entre países industrializados e não industrializados.

O mundo moderno, desenvolvido em função da ciência, construiu uma civilização poderosa. Por outro lado, também trouxe condições para sofrimento e possibilidades de aniquilamento da humanidade. Graças à tecnologia disponível não mais é necessário um Estado para combater e aniquilar outro Estado. Pequenos grupos com poucos meios e tecnologia adequada têm condições de causar sérios prejuízos aos Estados

nacionais, ainda que poderosos. Tudo isso é conseqüência de características culturais, o que nos lembra Dawson, quando afirma que a “Civilização não é o resultado de um processo natural de evolução; é essencialmente devida ao domínio da natureza pela mente humana. Isso é uma ordem artificial, governada pela inteligência humana e sua vontade” (Dawson, 1998. p. xiii).

O estudo e análise das muitas possíveis ameaças que uma nação pode vir a sofrer são fundamentais para que as medidas adequadas à segurança possam ser eficientes. Para a proteção da sociedade, os sistemas de segurança e de defesa da nação passam a ter nova estrutura, novos meios e novas doutrinas, como forma de preparação para enfrentar os novos desafios. Entretanto, ainda que necessário, não é suficiente. Atualmente, o inimigo, necessariamente, não mais se apresenta. O inimigo externo pode ter sua manifestação interna, e o inimigo interno pode ter sua manifestação externa. Como forma de proteção, é necessário que a unidade nacional (cultura) seja preservada do processo de interferência cultural a que venha ser submetida. Dia a dia, continuamente, a sociedade é objeto de processo sutil, atrativo, mas que tem o propósito de transformar o seu modo de pensar, logo o modo de ser, modificando sua identidade nacional (cultura). Assim, a vulnerabilidade passa a ser total, pois, de modo geral, passa a defender valores e idéias que atingem o coração da nação.

A humanidade atravessa uma das mais difíceis e sofridas fases da sua história, conseqüência do uso da ciência sem controle, da secularização que a envolveu, da cultura hegemônica em seu ápice, no momento que se projeta sobre o mundo, econômica e militarmente, como forma de impor sua cultura.

A época em que vivemos foi denominada por Edgar Morin² de “Idade de Ferro Planetária”. Denominação que nos obriga a pensar, pois, desde há algum tempo, constatamos um processo

²Edgar Morin & Anne Brigitte Kern em Terra-Pátria, Ed. Sulina 1995

de ocidentalização do mundo que traz as seguintes conseqüências:

- Uniformização das idéias, as quais, de modo geral, provêm, quase todas, da mesma raiz, da mesma matriz de pensamento;
- Globalização pelas guerras, em sua maioria por razões culturais, mas que muitas vezes atendem a interesses pelo controle e acesso irrestrito aos recursos naturais não renováveis;
- Esperança da humanidade cedeu lugar à desesperança, pois se perdeu a utopia, não mais existe referencial fixo que nos guie a um objetivo futuro;
- A globalização econômica que, padronizando o mundo, viabiliza o processo de interferência cultural que objetiva a subordinação das culturas mais frágeis;
- A virtualização do mundo que retira da pauta a realidade dos fatos, considerando sua versão como o próprio fato;
- A consolidação do pensamento e consciência única, que tornariam a humanidade semelhante ao protagonizado no Admirável Novo Mundo, de Aldous Huxley.

Por tudo isso, podemos constatar que o mundo moderno possui as seguintes e principais características:

Globalizador, Liberalizante, Integracionista, Intervencionista, Coator, Protecionista, Policialesco, Centralizador, Tecnocentrista, Instável, Inseguro, Sem Esperança, Virtual.

Nesse ambiente em que os indivíduos são interditados da sua nobre condição de pensar, é criado um sobre-pensamento que de fato é um *sub-pensamento*, porque *lhes faltam algumas propriedades de reflexão e de consciência, que são próprias e inerentes ao espírito e ao cérebro humano* (Morin, 1996).

Os países mais desenvolvidos levam vantagem sobre os demais por possuírem melhores condições de garantir suas soberanias; por terem mais conhecimento; maior nível de evolução técnica e científica; mais armamentos; melhor e mais dinâmica economia e um maior, mais eficiente sistema produtivo, uma cultura evoluída. Todos esses fatores fazem com que esses países tenham vantagem relativa em detrimento das nações que não têm todo esse potencial. Isso cria uma divisão entre países ricos e países pobres. Divisão entre países que detém conhecimento e os que não o possuem, o que aumenta a insegurança entre as nações.

Quanto mais poderosa for uma nação, maiores são suas exigências. Pelo poder de desfrutam procuram transformar o mundo levando seu modelo aos demais países. Naturalmente as reações surgem e sua insegurança passa a crescer.

A distância já não protege, pois os conflitos se tornaram universais e o poder continua aumentando. Na busca para minimizar a insegurança e melhor se defender, perante os interesses dos demais países, cada um constrói sua própria defesa.

A orientação para a defesa é importante para todos, para os que tem poder e para os que não têm, daí a necessidade de uma política e uma estratégia de defesa. O que é uma política de defesa? O que é uma estratégia de defesa? O que deve ser atendido ao se estabelecer a política e uma estratégia de defesa? Quais os objetivos da política de defesa? O que ela deve identificar? O que devemos fazer para essa política de defesa? Quais os objetivos da estratégia de defesa? O que é a estratégia? Qual a relação da estratégia com a política de defesa? Isso são questões a serem destacadas e não escondidas, e que possibilitam analisar, teoricamente, o que deva compor uma estrutura de política de defesa e de uma estratégia de defesa.

A defesa nacional é uma atribuição do Estado, e uma obrigação do governo, mas é algo que pertence a toda sociedade. Os princípios fundamentais de uma política de defesa devem ser

parte constituinte das políticas que existem no governo, e são várias as políticas adotadas pelos Estados. Mas todas as políticas devem ter como eixo central os princípios de uma política de defesa, e todas elas devem ser articuladas e coerentes entre si, porque a defesa não é só a defesa militar. Essa é uma questão central.

Por conta da razão, o homem pactua para sobreviver, sendo que o mais importante desses pactos é o Estado. Por isso, o Estado tem a obrigação de defender a sociedade, o povo e o território a que serve.

As Forças Armadas são instituições essenciais de uma estrutura de defesa territorial. Apenas sua existência proporciona condições de vida e manutenção da vida nacional. Uma estrutura de defesa militar deve estar alinhada com os anseios da sociedade, com as necessidades do Estado. O descompasso entre as Forças Armadas e a sociedade, leva à uma ruptura que compromete a estabilidade nacional, a estrutura do Estado, e o aparelho do governo.

É importante que a política e a estratégia de defesa nacional sejam formuladas por pessoas capazes, que compreendam essa questão. Devem ser políticas e estratégias que privilegiem uma relação civil e militar conjuntamente, sem que haja privilégios quer para a visão civil, quer para a visão militar de mundo. Deve resultar de análises profundas e pretéritas, realizadas por militares e civis capazes dessa formulação. Uma política de defesa não deve ser, explicitamente, privilégio da estrutura militar, mas sim de toda a nação, de toda a sociedade, através dos setores civis e militares, e de todas as dimensões da nação. Tal como a política de defesa, a estratégia deve ser formulada em função do entendimento entre civis e militares. Não deve predominar a visão do militar, como também não deve predominar a visão do civil.

Uma defesa não se refere apenas à defesa do território. A defesa territorial é uma parte. Por isso é necessário que a defesa seja formulada por corpo civil e militar, com pessoas capacitadas a manterem esses diálogos.

Por isso, a formulação de uma política e de uma estratégia de defesa deve também considerar: o ambiente nacional, o ambiente internacional, o nível de desenvolvimento científico e tecnológico, as ideologias envolvidas de uma parte e de outra parte na própria nação, e dos outros atores que possam estar envolvidos.

Ela deve refletir levantar e identificar as características do cenário internacional, o momento presente, para que esteja coerente com tudo que for importante para o Estado no presente e no futuro, em termos do processo de defesa da nação.

Quer queira, quer não, nós, diariamente, estamos submetidos ao processo de interferência cultural que tem por objetivo modificar o modo de ser e o modo de pensar da sociedade que afeta a cultura a identidade e a unidade nacional. É muito importante, que tenhamos consciência disso porque somos uma sociedade ainda em processo de consolidação. Mas é fundamental preservar a unidade cultural para que possamos nos constituir como nação; para que, com visão única de mundo, caminhemos na mesma direção. Por isso é preciso que a nação se proteja das interferências culturais.

Um país deve ser visto como tendo duas dimensões. Basicamente, uma dimensão política e uma dimensão cultura. A dimensão política no sentido de organizar seu espaço juridicamente: as suas fronteiras e as suas instituições. E a dimensão cultural, mais ou menos homogênea, não é delimitada, é difusa, e transcende a fronteira política dos países mais evoluídos. Em um país não desenvolvido, a dimensão cultural fica circunscrita à fronteira política. Como é a cultura a responsável pela unidade e identidade nacional, percebe-se sua fundamental importância para a soberania e sobrevivência da nação.

Outra questão importante é a questão da ideologia, que deve ser considerada ao se procurar estabelecer uma política de defesa, ainda que essa política se diga ideologicamente isenta. A ideologia é importante porque está sempre presente, e talvez, por isso, haja uma adequada reformulação na política de defesa. A

ideologia pressupõe a estrutura, e o seu estudo como a ciência das idéias, originalmente.

Ao tratar da Estratégia Nacional de Defesa, deve-se considerar que a complexidade atrai a estratégia. A estratégia permite avançar no incerto e no aleatório. Ela pode caminhar no confronto e no espaço das incertezas. Somente ela caminha no espaço da incerteza, pois pode variar conforme a necessidade, o que a difere do programa. A estratégia precisa ter conhecimento do outro - o outro oponente ou qualquer outro ator. Esse outro pode significar o real ou o abstrato, por isso a estratégia não pode esquecer-se da existência do outro; saber o que o outro pensa, e saber o que o outro pensa que nós pensamos. Ela é dialética, e, jamais, será uma coletânea de certezas ao longo do processo.

A estratégia se define por oposição ao programa. O programa tem um caminho único, ele não pode parar, ele pode ser rompido, ele tem que funcionar por suas características no ambiente de pouca desordem, e de pouca incerteza. Ele não funciona num ambiente aleatório, e de incertezas.

Já a estratégia não. Ela pode modificar seu roteiro, ao contrário do programa. O programa só altera o seu roteiro quando é previamente programado, mas não em qualquer situação. Por isso, a estratégia possui fórmulas, até mesmo, para sua própria invenção. A estratégia prepara e aplica o poder para atingir os objetivos desejados. Ela é uma relação entre meios e objetivos; uma relação que tem conseqüências predominantes no tempo, não no espaço e no caminho. Na tática, essas conseqüências são diferentes. É uma relação de meios e objetivos com conseqüências predominantes no espaço.

Falar em estratégia significa também falar em cultura, porque estratégia é vinculada à cultura, a cultura daquela sociedade a que o estrategista pertence.

A estratégia deve convergir para o interesse nacional, de modo que sejam alcançados os objetivos determinados pela política, que devem ser resultado de profundas análises entre civis e militares capacitados e dedicados a este tipo de atividade.

Há a necessidade, na formulação da estratégia, de um entendimento do contexto em que se vive - num contexto nacional -, porque os atores são difusos, e há muita incerteza, por isso é preciso que esses aspectos sejam, devidamente, entendidos e analisados.

A defesa de uma nação requer o eficiente poder militar. O poder militar consciente e disciplinado, em condições de ser preponderante e eficaz no caso de um conflito militar. Mas também, preparado, eficiente e disciplinado, em condições de ser coadjuvante e observador, no caso de conflito não militar.

A existência de outra força, que não seja a militar legalmente constituída, precisa de muita cautela e cuidado, porque ela tende a ser uma guarda pretoriana a serviço dos detentores de poder. Instrumentos legítimos de uso da força num país democrático, livre e soberano, somente as Forças Armadas Nacionais. Não cabe outro tipo de força, porque ela se tornaria um instrumento de poder, e estaria comprometida com as possibilidades de um sistema despótico que possa surgir, e isso não cabe nos dias atuais.

Dois outros aspectos relevantes que precisam ser considerados: primeiro, a cultura vem mudando padrões de coesão, integração e desintegração no mundo e, segundo, a política mundial vem sendo configurada em linhas culturais.

A economia é um instrumento do processo de interferência cultural, na formação de pensamentos, e nas mudanças de comportamentos, hábitos e costumes. Somos vítimas permanentes disso e acabamos assumindo outro modo de ser, o que nos torna vulneráveis. E é preciso, então, que a política de defesa e a estratégia de defesa considerem a cultura e suas características.

A política é feita internamente à uma cultura, sempre foi assim e vai continuar sendo. O relacionamento entre Estados se faz entre culturas essencialmente. É entre culturas que as políticas se realizam. A cultura saxônica, a cultura latina e assim por diante. É na cultura que a política funciona, por isso, o modo

de ser e de ver o mundo é diferente para cada cultura. É preciso que esses aspectos sejam considerados na formulação da política de defesa.

Cultura significa identidade e unidade nacionais. Precisamos, portanto, preservar e garantir suas bases fundamentais para que as estratégias de defesa sejam eficientes, porque não adianta existir uma política de defesa se a população está desagregada, sem perspectiva, sem unidade e sem compromisso com o seu futuro.

Daí a importância de garantir a defesa da cultura, seus valores, tradições, e preservá-la de todas as interferências externas, especialmente, em relação ao processo de defesa cultural. Defender e preservar a unidade, a identidade, o modo de ser da sociedade nacional, significa a preservação da cultura nacional. Isso requer atenção redobrada, pois estamos sendo submetidos a diferentes formas de interferência, diariamente e há décadas, e nem sequer discutimos, nem queremos saber da existência.

Em um de seus livros, Samuel Huntington diz que, por mais de dez anos, os americanos tem discutido a identidade nacional. No Brasil, sequer a pensamos. Para que se estabeleça qualquer política de defesa, qualquer estratégia de defesa é preciso que sejam considerados todos esses aspectos que acabo de mencionar. Antes de tudo que nos conheçamos.

Bibliografia

Abbagnano, Nicola. 1999. *Dicionário de Filosofia*. Martins Fontes Editora. São Paulo. Brasil.

Benda, Julien. 2007. *A Traição dos Intelectuais*. Editora Peixoto Neto. São Paulo. Brasil.

Bobbio, Norberto & Mateucci, Nicola & Pasquino, Gianfrancisco. 1991. *Dicionário de Política*. 3ª Ed. Editora Universidade de Brasília. Brasília. D. F. Brasil.

Castelo Branco, Humberto de Alencar. 1989. *A Estratégia* in Revista da Escola Superior de Guerra. Nº 12, ano V. 1989. Rio de Janeiro.

Dawson, Christopher. 1932. *The Modern Dilemma*. London, Sheed & Ward.

Dawson, Christopher. 1933. *Enquires into Religion and Culture*. Seed & Ward, Inc. New York.

Dawson, Christopher. 1998. *Christianity and European Culture*. The Catholic University of America Press. Washington, D. C.

Deutsch, Karl Wolfgang. 1982. *Análise das Relações Internacionais*. Ed. Universidade de Brasília. D. F. Brasília. 2ª Edição.

Figueiredo, Eurico Lima & Teixeira, Carlos Sávio. 2002. *A questão da ideologia: uma contribuição a um estudo teórico* in Alceu, v.3 – nº 5 – p. 103 a 104. Jul./Dez.

Figueiredo, Eurico Lima. 2004. *Discurso de posse como coordenador executivo do Núcleo de Estudos Estratégicos – NEST* da Universidade Federal Fluminense in Antropolítica. 2º semestre, 2004. Editora da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

Freyer, Hans. 1965. *Teoria da Época Atual*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Morin, Edgar & Kern, Anne Brigitte. 1995. *Terra-Pátria*. Editora Sulina. Porto Alegre.

Morin, Egard. 1996. *Ciência com Consciência*. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Mintzberg, Henry & Ahlstrand, Bruce & Lampel, Joseph. 2000. *Safári de Estratégia*. Bookman Companhia Editora. Porto Alegre.

Pauperio, A. Machado. 1991. *O Estado e a realidade nacional*. Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas. Rio de Janeiro.

Ramos, Guerreiro. 1960. *O Problema Nacional do Brasil*. Editora Saga. Rio de Janeiro.

Sartori, Giovanni. 1997. *A Política*. 2^a Ed. Editora Universidade de Brasília. Brasília. D. F. Brasil.

Strausz-Hupé, Robert. 1952. *The zone of indifference*. G. P. Putnam's sons. New York.